

PARECER N° 17/2020

PROJETO DE LEI N° 08/2020

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO E JUSTIÇA E DE REDAÇÃO

RELATOR VEREADOR ALBERTO MUNIZ

RELATÓRIO

De autoria da Mesa Diretora, o projeto de lei em epígrafe “*fixa o subsídio do Prefeito, do Vice-Prefeito e dos Secretários Municipais de Arinos para o período de 2021 a 2024 e dá outras providências.*”

O subsídio dos referidos agentes políticos é fixado nos seguintes valores:

- R\$ 17.800,00 (dezessete mil e oitocentos reais) para o Prefeito;
- R\$ 7.000,00 (sete mil reais) para o Vice-Prefeito; e
- R\$ 6.000,00 (seis mil reais) para os Secretários Municipais.

Publicada, a proposição foi encaminhada a esta Comissão para o exame preliminar de admissibilidade e de Constitucionalidade, em atendimento ao disposto no parágrafo único do art. 190 do Regimento Interno.

Nesta Comissão, designou-se o Vereador Edmilson do Crispim Santana relator da matéria, cujo parecer concluiu pela constitucionalidade, legalidade, juridicidade e adequação regimental do Projeto de Lei n° 08/2020.

No entanto, o referido parecer foi rejeitado pela Comissão. Assim, em atendimento ao disposto no §3º do art.125 do Regimento Interno, fui designado novo relator da matéria para apresentação de parecer, no prazo de dois dias.

Em síntese, o relatório.

FUNDAMENTAÇÃO

No plano da competência legislativa, vale ressaltar que a matéria é de interesse local, portanto, de competência do Município, nos termos do artigo 30, inciso I, da Constituição Federal.

Também não vislumbramos óbice quanto à iniciativa, porquanto o impulso de matérias de tal natureza é conferido, em caráter exclusivo, à Mesa Diretora, conforme dispõe o artigo 26, inciso IV, da Lei Orgânica.

Do ponto de vista jurídico-constitucional, o art. 29, inciso V, da Constituição Federal estabelece que os subsídios do Prefeito, do Vice-Prefeito e dos Secretários Municipais serão fixados por lei de iniciativa da Câmara Municipal.

Nesse mesmo contexto, estabelece o art. 179, *caput*, da Constituição do Estado de Minas Gerais que “*A remuneração do Prefeito, do Vice-Prefeito e do Vereador será fixada, em cada legislatura, para a subsequente, pela Câmara Municipal*”.

Apesar do dever legal de fixação dos subsídios do Prefeito, vice-Prefeito e Secretários Municipais, entendemos que, nesse momento de crise, decorrente da pandemia causada pelo COVID-19, não é razoável fixar tais subsídios nos valores ora propostos.

A pandemia do COVID-19 tem exigido sacrifícios por parte da população, não sendo diferente no Município de Arinos. Sacrifícios pessoais, em decorrência do isolamento, e até mesmo sacrifícios econômicos e financeiros em virtude da redução da atividade econômica.

Percebe-se que há um esforço no sentido de reduzir certas despesas e capitalizar os recursos para o combate à pandemia, mitigando os efeitos nocivos que podem atingir a nossa comunidade.

Diante desse contexto, é preciso ter cautela no aumento de despesas com subsídios dos agentes políticos.

CONCLUSÃO

Em face do exposto, concluo pela constitucionalidade, ilegalidade e antijuridicidade do Projeto de Lei nº 08/2020.

Sala das Comissões, 28 de abril de 2020.

Vereador ALBERTO MUNIZ
Relator